

**ESPECIFICIDADE CULTURAL**  
**Memória e cidades mundiais****Verônica Pereira Sales<sup>1</sup>**

“Aquilo que sabemos que, em breve, já não teremos diante de nós torna-se imagem”. Esta afirmação de W. Benjamin (1991:84) sobre o cenário profundamente transformado de Paris sob as pás, enxadas e alavancas do prefeito Haussmann, na segunda metade do século XIX, e as imagens ou o imaginário que logo suscitará, guarda uma justa correspondência com a cidade de São Paulo.

O binômio destruição/construção e segregação constituiu-se no elemento fundante da modernidade das cidades, particularmente daquela que passa a dar uma feição, no final do século XIX, às metrópoles européias, quando uma ordem burguesa impõe sua hegemonia na sociedade capitalista. Essa hegemonia traduziu-se no espaço urbano por meio da expulsão das camadas populares dos lugares públicos e da imposição de um modelo de ordem social e urbana que passou a organizar e disciplinar todo tipo de usos, práticas e fluxos da rua (Pechman, 1994).

Quase um século depois, poderíamos sugerir que um dos pólos daquele binômio, o da destruição/construção, converteu-se no da preservação. Sob a lógica temporal que instituiu as cidades modernas – associada à fugacidade do novo, que quase instantaneamente se desvanece e adquire a qualidade do velho -, passa-se a assistir ao estabelecimento de uma outra lógica que busca paralisar o efêmero, imobilizar esta fugacidade, buscando preservar o passado, conferindo uma estabilidade ou, pelo menos, uma identidade menos mutante à cidade. Todavia, ao se observar a permanência de um dos pólos, o da segregação, questionamos quais são os velhos sentidos que permanecem e os novos que emergem nesta nova lógica que busca salvar uma memória da cidade, envolvendo lembranças, mas também esquecimentos/ocultamentos.

Desde a última década do século passado a cidade de São Paulo vem acompanhando uma tendência mundial, espelhada na experiência das cidades européias e norte-americanas, ao ser palco de alguns projetos de “revitalização” e “requalificação” das áreas centrais, especialmente de seu centro antigo, nas quais se destacam as ruas ligadas ao “Triângulo Histórico” – Praça da Sé, Largo São Bento, Largo São Francisco – (Frúgoli, 2000), e antigas áreas industriais como à da região da Luz. Estes projetos, ainda em andamento, e outros, que não ultrapassaram a polêmica nos meios de comunicação, como a “Maharishi São Paulo Tower” nos antigos bairros operários do Brás e Pari, circunscrevem-se no atual contexto de internacionalização da economia, que se traduz na concorrência entre as metrópoles para atrair investimentos e entrar no circuito econômico e cultural da globalização (Arantes, 2000). Os desdobramentos culturais e urbanos desta concorrência, que tem como um dos principais protagonistas o poder público, residem na transformação do patrimônio histórico arquitetônico e

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Sociologia

Professora do Curso de Relações Internacionais da Belas Artes

Vol. 1 – nº1, 2002

urbanístico destas áreas em territórios potencialmente valorizáveis pelo capital, seja ele imobiliário, seja ele financeiro, seja ele da indústria cultural, a fim de, entre outros objetivos, transformá-los em centros atrativos para negócios, projetos de lazer e culturais e paisagem turística (Harvey, 2000; idem, 2000).

Na medida em que estas áreas da capital paulista, por uma série de razões de ordem histórica, econômica e social, encontram-se “deterioradas”, “degradadas” e ocupadas por ambulantes, moradores de rua, de cortiços, imigrantes clandestinos, prostitutas, consumidores de drogas, enfim, por uma população, que à despeito de suas particularidades, sobrevive do mercado informal, seja ele de trabalho, seja ele imobiliário, bem como fora da ordem moral e legal, estes processos de revitalização e requalificação trazem em seu bojo uma forte tendência ao enobrecimento destas áreas, através das tentativas de expulsão desta população, intensificando o crescente processo de segregação espacial na cidade.

Não há dúvidas acerca da necessidade de intervenção destas áreas, em nome da preservação da memória e do patrimônio histórico e arquitetônico, todavia, isto implica atentar para o fato de que a relação, na atualidade, entre o presente e o passado é constitutiva não de uma, mas de múltiplas memórias que dizem respeito à forma como as classes sociais e grupos distintos não apenas experimentaram este passado, mas como representam-no, a fim de dar legitimidade, no presente, ao que deve ser preservado ou revitalizado, como deve ser, e sobretudo, como esta preservação/revitalização está ligada ao seu lugar e o lugar do outro na cidade (Pechman, 1994).

Essas imagens sobre o presente, elaboradas a partir de uma determinada representação sobre o passado (e vice-versa), ora gravitam em torno de um consenso, ora eclodem em diferenças, revelando uma disputa pela imposição de uma representação hegemônica acerca do que é a própria cidade, ou seja, da sua identidade.

Portanto, refletir sobre a identidade da cidade, não significa negar o espaço urbano também como cenário turístico ou centro de negócios e serviços – características que podem qualificar e alçar a metrópole paulistana ao status de “cidade global” – mas antes, atentar para as correlações políticas e econômicas muito desiguais envolvidas no processo de sua produção. É o que se depreende da forte presença da Associação Viva o Centro, representada pelo capital imobiliário e financeiro, pelos setores de serviços, comércio e instituições públicas e privadas, entidade civil bastante atuante junto aos poderes públicos na proposição de projetos de revitalização do centro antigo da cidade. (Frúgoli, 2000). A despeito da sua importante atuação, ainda assim, o reconhecimento da legitimidade do conflito em torno da apropriação do espaço bem como da negociação com esta população, para além do tratamento estritamente policial e/ou assistencialista, parece ser ainda a grande lacuna dos atuais projetos de requalificação, revitalização e preservação destas áreas centrais.

A presença desta população no palco não só da cidade, mas também da sua história, requer o seu reconhecimento como sujeitos históricos da cidade, portadores de uma memória, ainda que ameaçada pela experiência da destituição, da violência, das drogas, da precariedade do trabalho e da moradia.

**Referências:**

Arantes, O, Vainer, Carlos, Maricato, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

Benjamin, Walter. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Frúgoli, H. Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

Frúgoli, H. “Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro”. Plural. Sociologia, USP, São Paulo, 8:29-62, 2o. sem. 2001.

Harvey, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

Pechman, Robert M. “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. In: Bresciani, Stella (org.). Imagens da cidade – séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH-SP/Marco Zero/Fapesp, 1994.

Rolnik, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1997.

Villaça, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel. FAPESP. Lincoln Institute, 1998